



INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL E SOCIAL DE EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA BRASILEIRO: UMA ANÁLISE REALIZADA A PARTIR DA ÓTICA DA TEORIA INSTITUCIONAL

SOCIAL AND ENVIRONMENTAL PERFORMANCE INDICATORS OF COMPANIES OF THE BRAZILIAN ELECTRICITY SECTOR: AN ANALYSIS BASED BY THE INSTITUTIONAL THEORY

INDICADORES DE DESEMPEÑO AMBIENTAL Y SOCIAL EMPRESAS DE LAS EMPRESAS DEL SECTOR ELÉCTRICO EN BRASIL: UN ANÁLISIS ENBASADO EN LA ÓPTICA DE LA TEORÍA INSTITUCIONAL

DOI: 10.18028/2238-5320/rgfc.v7n1p222-239

Karla Katiúscia Nóbrega de Almeida

Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
 Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB)
 Professora Adjunta da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
 Endereço: Departamento de Finanças e Contabilidade/CCSA – Cidade Universitária
 58.051-900, João Pessoa/PB, Brasil
 Email: kknalmeida@gmail.com

Aldo Leonardo Cunha Callado

Doutor em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
 Professor Adjunto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
 Endereço: Departamento de Finanças e Contabilidade/CCSA – Cidade Universitária
 58.051-900, João Pessoa/PB, Brasil
 Email: aldocallado@yahoo.com.br

RESUMO

A evidenciação de indicadores de desempenho social e ambiental no contexto empresarial pode ser discutida e considerada a partir de diferentes perspectivas teóricas, a exemplo da Teoria Institucional, que possibilita lançar luz sobre seus fatores determinantes. Este estudo objetivou identificar características isomórficas na divulgação de indicadores de desempenho sociais e ambientais de empresas do setor de energia elétrica, no período de 2010 a 2013. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e bibliográfica, com abordagem predominantemente quantitativa. Para a realização desta pesquisa foram analisados 66 relatórios de sustentabilidade publicados por 21 empresas que se encontram disponíveis no banco de dados no *website* da *Global Reporting Initiative*. Constataram-se características isomórficas na divulgação de indicadores ambientais e sociais, uma vez que se observou um aumento de 82% de adesão voluntária ao padrão de relatório de sustentabilidade da GRI para amostra investigada e indícios de processo de aprendizagem na obtenção de experiência do relato de sustentabilidade nos moldes da *Global Reporting Initiative*, incentivado pelo desejo de ascensão aos níveis de aplicação do modelo, podendo ser interpretado como indicativos do processo de isomorfismo normativo.

Palavras-chave: Isomorfismo; Indicadores Ambientais; Indicadores Sociais.

Recebido em 28.08.2016. Recomendado para publicação em 30.11.2016. Publicado em 16.01.2017



ABSTRACT

The disclosure of social and environmental performance indicators of companies can be discussed and considered from different theoretical perspectives, such as the Institutional Theory, which allows shedding light on its determinants. This study aimed to identify isomorphic characteristics in the disclosure of social and environmental performance indicators of companies in the electricity sector, in the period from 2010 to 2013. Therefore, there was a descriptive, documentary and literature, with predominantly quantitative approach. On this research were analyzed 66 sustainability reports published by 21 companies that are available in the database in the Global Reporting Initiative website. We found that isomorphic characteristics in the disclosure of environmental and social indicators, once was observed increase of 82% voluntary adherence to standard of GRI's sustainability report for the investigated sample and evidence of learning process in achieving the sustainability reporting experience along the Global Reporting Initiative structure. This behavior was motivated by the desire to rise to the model application levels; it can be interpreted as indicative of normative isomorphism process.

Keywords: Isomorphism; Environmental Indicators; Social Indicators.

RESUMEN

La divulgación de indicadores de desempeño social y ambiental de las empresas puede centrarse em distintas perspectivas teóricas, como por supuesto la Teoría Institucional, que permite hechar luz sobre sus factores determinantes. Lo que se pretende hacer es identificar las características isomórficas en la divulgación de indicadores de desempeño social y ambiental de las empresas del sector eléctrico, en el período de 2010 a 2013. Así la labor está apoyada em uma encuesta descriptiva, documental y bibliográfica com enfoque predominantemente cuantitativa. Se utilizaron 66 relatórios de sustentabilidade divulgados por 21 empresas y que estaban disponibles en website de la Global Reporting Initiative. De lo que es posible constatar queda evidente que em 82% de los casos hay incremento de la adhesión voluntária a los dictames de sustentabilidade de la GRI así como evidências del deseo de búsqueda de los niveles de aplicación del modelo lo que em si mismo puede ser acepto como indicativo del processo de isomorfismo normativo.

Palabras clave: Isomorfismo; Indicadores ambientales; Indicadores Sociales.

1. INTRODUÇÃO

As práticas sociais e ambientais corporativas podem ser entendidas como respostas às pressões sociais, em vistas de adotar aquelas consideradas mais adequadas, independente de haver ou não uma imposição legal. De acordo com Epstein e Roy (2001), as empresas têm se preocupado em desenvolver estratégias de sustentabilidade e implantar ações no âmbito social e ambiental, mas não se preocupam em aspectos associados à mensuração destas ações, bem como de verificar o impacto gerado sobre o desempenho corporativo.

Nos âmbitos ambiental e social, instituições e pesquisadores sugerem que mensurar e divulgar resultados de indicadores contribui para revelar o desempenho organizacional nesses aspectos. À exemplo, citam-se as diretrizes de divulgação do relatório de sustentabilidade da

Global Reporting Initiative – GRI que recomenda a divulgação de indicadores financeiros e não financeiros da responsabilidade social corporativa; Epstein e Roy (2001) que propuseram a utilização de um *framework* para associar a estratégia e as ações operacionais de sustentabilidade ao desempenho da empresa, tanto em termos financeiros, quanto em termos socioambientais, examinando os fatores-chave para o desempenho de sustentabilidade corporativa; e Lourenço e Castelo Branco (2013) que analisaram os determinantes do desempenho de sustentabilidade das empresas listadas na BM&FBovespa.

Uma vez mensurado o desempenho de práticas sociais e ambientais corporativas, e sendo divulgadas aos principais *stakeholders*, perspectivas teóricas podem contribuir para explicar e desenvolver inferências associadas a estas revelações. A Teoria Institucional, na ótica da Nova Sociologia Institucional, se apresenta como sendo uma das que se preocupa em estudar não apenas as diferenças, mas sim, a homogeneidade de formas e práticas observadas nas diferentes organizações. Para Dimaggio e Powell (1983), o conceito que melhor representa o processo de homogeneização é o de isomorfismo, que se constitui em um processo de restrição que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais.

Assumindo uma perspectiva diferente, Othman, Darus e Arshad (2011) constataram que esforços regulatórios têm potencial para se tornar um direcionador significativo na promoção da reputação da responsabilidade social corporativa e inferem que relatórios de responsabilidade social de empresas em países em desenvolvimento estão em convergência com as práticas de relatórios dos países desenvolvidos. Os mesmos autores concluem que os achados contribuem para uma melhor compreensão de relações entre a reputação da responsabilidade social corporativa e as várias pressões por isomorfismo na condução da gestão de relatórios de responsabilidade social por empresas em indústrias mais sensíveis a estes aspectos.

O estudo desenvolvido por Villiers e Alexander (2014) comparou a estrutura dos relatórios de responsabilidade social corporativa de empresas mineradoras localizadas na Austrália e África do Sul. E encontraram padrões gerais similares de relatório (29 em 30 padrões de divulgação) fornecendo evidências de que o mesmo modelo de relatório em responsabilidade social corporativa é usado globalmente e que são institucionalizados por meio da profissionalização.

Adicionalmente, no que se referem aos indicadores sociais divulgados pelas empresas que relatam o desempenho organizacional com seus colaboradores, Félix Jr., Miranda e Oliveira (2015) investigaram os fatores que influenciam a evidenciação voluntária de informações sobre recursos humanos e concluíram que o tamanho da companhia e o processo de divulgar ou não, por parte das companhias, o Balanço Social, são fatores que influenciam o processo de evidenciação de informações sobre recursos humanos.

Nesta perspectiva, o presente estudo possui o objetivo de identificar características isomórficas na divulgação de indicadores de desempenho sociais e ambientais em empresas do setor elétrico brasileiro.

Apesar da existência de discussões e pesquisas versando sobre divulgação de informações socioambientais, esta temática ainda se encontra carente de aperfeiçoamento, principalmente quanto à sua transparência e credibilidade, necessitando propostas que fomentem o debate sobre os fatores determinantes de sua ocorrência, no qual a teoria institucional pode contribuir. Justificando dessa forma, a proposta deste estudo.

Além deste item introdutório, o artigo se encontra estruturado da seguinte forma: as três seções seguintes apresentam uma revisão de literatura sobre indicadores de desempenho

socioambiental, Teoria Institucional e isomorfismo na divulgação de indicadores socioambiental. A seção 5 descreve os procedimentos metodológicos, com a descrição da amostra. Na seção 6 são analisados os resultados e, por fim, apresenta-se a conclusão com sugestões para futuras pesquisas.

2. INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL E SOCIAL

Colocado em termos de objetivar a implementação da estratégia, os sistemas de mensuração de desempenho procuram endereçar as necessidades dos *stakeholders* de uma organização com a criação de um conjunto de medidas estratégicas que englobam não apenas medidas financeiras, como indicadores de liquidez e endividamento, mas também medidas não financeiras, como pontualidade do sistema de entregas, medidas internas, como rendimento da produção, e medidas externas, como satisfação do cliente. (ANTHONY e GOVINDARAJAN, 2008).

Nesta perspectiva, Campos e Melo (2008) definem que medir o grau de sucesso da implantação de uma estratégia em relação ao alcance do objetivo estabelecido é a finalidade dos indicadores. E dentre esses indicadores, estão àqueles relativos ao desenvolvimento sustentável que, para Lima (2004) citado por Campos e Melo (2008), compreendem informações relativas às várias dimensões da sustentabilidade: econômica, social, ambiental e institucional.

Na presente pesquisa serão investigados os indicadores ambientais e sociais. No que se refere aos indicadores de desempenho ambiental, Campos e Melo (2008, p. 543) entendem que estes, “visam demonstrar as práticas organizacionais no sentido de minimizar os impactos ao meio ambiente decorrentes de suas atividades”. De acordo com a GRI (2011), esses indicadores abrangem o desempenho relacionado a insumos, (material, energia, água) a produção, tais como emissões, efluentes e resíduos, os relativos à biodiversidade, à conformidade ambiental e outras informações (tais como investimentos e gastos com meio ambiente e os impactos de produtos e serviços), além daqueles específicos da organização, conforme necessário.

Para a GRI (2011), os indicadores sociais identificam aspectos de desempenho fundamentais referentes a práticas trabalhistas (emprego, saúde e segurança no trabalho, diversidade e igualdade de oportunidades, etc.), direitos humanos (prevenção de trabalho forçado e escravo, práticas de segurança, direitos dos indígenas, etc.), sociedade (comunidades locais, corrupção, concorrência desleal, etc.) e responsabilidade pelo produto (saúde e segurança do cliente, rotulagem de produtos e serviços, privacidade do cliente, etc.).

A divulgação de indicadores ambientais e sociais encontra nos relatórios de sustentabilidade, um veículo de comunicação com *stakeholders*. De acordo com Alonso-Almeida, Llach e Marimon (2014), os relatórios de sustentabilidade divulgam informações financeiras e não financeiras, tais como gestão ambiental e desenvolvimento de atividades sociais, tanto internas como externamente, cuja adoção tem sido voluntária e realizada em um formato não padronizado.

No entanto, a globalização dos mercados e das empresas exigiu padronização para esses relatórios em todo o mundo, tornando-os mais objetivos para permitir o entendimento do que essas empresas fazem e para facilitar a comparabilidade entre elas, conduzindo ao desenvolvimento de diferentes padrões de relatórios de sustentabilidade com conteúdos básicos (ALONSO-ALMEIDA, LLACH e MARIMON, 2014).

Para Corrêa *et al.* (2014) no caso brasileiro, tais relatórios possuem três principais modelagens, sendo dois nacionais (propostos pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase e pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social), e um internacional, sugerido pela *Global Reporting Initiative* (GRI).

Alonso-Almeida, Llach e Marimon (2014) enfatizam que entre todas as iniciativas de relatórios de sustentabilidade, a *Global Reporting Initiative* (GRI) é o padrão global mais utilizado que está voltado para aspectos da sustentabilidade e sua adoção ocorreu mais cedo e mais rapidamente por empresas participantes de setores que colocam o meio ambiente e a sociedade em maior risco e com maior visibilidade nos mercados de capitais.

Um setor que possui estas características é o energético, que tem estado entre os principais setores industriais na promoção de atividades de responsabilidade social corporativa, publicando diversos relatórios sociais. Alonso-Almeida, Llach e Marimon (2014) analisaram a difusão mundial do relatório de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI) realizada por todos os setores econômicos no período compreendido entre 1999 e 2011. Estes autores constataram que o setor energético se destaca como um dos dois principais em termos de adoção do GRI, além dos serviços financeiros, por ser mais visível, relativamente poluente e experimentam crescimento significativo e importância econômica no contexto mundial.

Ressalta-se que a *Global Reporting Initiative* (GRI) divulga diretrizes que orientam as empresas no relato de suas práticas de sustentabilidade, identificando os indicadores voltados às organizações. Tais diretrizes também se dedicam a orientar a instituição relatora sobre a qualidade do mesmo para o fomento da desejada transparência frente aos seus *stakeholders*.

Uma dessas orientações recomenda que quando da finalização de um relatório, os responsáveis pela sua execução deverão declarar qual o nível de aplicação da estrutura da GRI, por meio do sistema de níveis de aplicação GRI, representado por três letras, C, B ou A para retratar aos diferentes graus de experiência dos responsáveis pela elaboração dos relatórios, principiante, intermediário ou experiente, respectivamente. Ainda pode ser acrescido o “sinal mais” (+) em cada letra, caso a instituição relatora tenha recorrido a processos externos de garantia de fidelidade do relatório, como a contratação de empresas de auditoria, por exemplo.

Ressalta-se que, conforme as referidas diretrizes facultam, a autodeclaração da instituição relatora sobre inserção em determinado nível de aplicação da GRI poderá usar uma ou ambas as opções: solicitar que uma entidade externa de avaliação forneça uma opção acerca da autodeclaração; e solicitar que a GRI examine a autodeclaração.

Corrêa *et al.* (2012) constataram que a adoção ao relatório de sustentabilidade da GRI no Brasil vem evoluindo, tanto na implantação como na evolução dos níveis dos relatórios, uma vez que mais empresas estão procurando legitimá-los por meio do maior nível C+, B+ e A+, como forma de propiciar maior credibilidade das informações socioambientais aos seus *stakeholders*.

Uma das principais diferenças entre os diferentes níveis de aplicação da GRI está na quantidade mínima de indicadores para divulgação, visto que para o nível C, exige-se apenas 10 indicadores, para o nível B, um mínimo de 20 indicadores e para o nível A, todos os indicadores essenciais e do suplemento setorial. Tal sistemática pode ser considerada como uma construção do conhecimento e experiência, pois cada etapa representa uma oportunidade para aperfeiçoar a divulgação de informações socioambientais revestidas da almejada transparência e credibilidade.

3. TEORIA INSTITUCIONAL

Conforme explicam Frezatti *et al.* (2009), a Teoria Institucional compreende um conjunto de construtos teóricos advindos principalmente da economia, da sociologia e da ciência política. Incluem as correntes denominadas de Nova Economia Institucional, Nova Sociologia Institucional e Velha Economia Institucional. Para uma explanação sobre os principais aspectos dessas três correntes, Scapens (2006) contribui ao esboçar brevemente a natureza desses três tipos de Teoria Institucional.

Dessa forma, tem-se que a Nova Economia Institucional se ocupa das estruturas utilizadas para transações, partindo de suposições de racionalidade limitada e oportunismo, para explicar a forma como as transações são organizadas e porque as firmas têm estruturas hierárquicas. A Velha Economia Institucional parte de uma rejeição do núcleo econômico neoclássico e busca explicar o comportamento de agentes econômicos a partir de regras, rotinas e instituições. Por fim, a Nova Sociologia institucional começa questionando por que as organizações parecem semelhantes e quais são as pressões e processos que moldam as organizações. (SCPANES, 2006)

Para os fins aos quais se destinam o presente estudo, se destaca a Nova Sociologia Institucional, motivo pelo qual o foco será direcionado a esta vertente. Scapens e Varoutsas (2010) ensinam que, em geral, a Nova Sociologia Institucional (NSI) responde como as organizações foram influenciadas pelas instituições em seu meio, sendo muitos de seus trabalhos focados sobre como instituições moldam a padronização das organizações e conduzem a homogeneidade nos campos organizacionais.

Assim, a Nova Sociologia Institucional preocupa-se com a homogeneidade e não com a variação. Isto é, importa a homogeneidade das formas e práticas das organizações, captadas pelo que Dimaggio e Powell (1983) consideram como isomorfismo. Corroborando com o entendimento de Meyer (1979) e Fennell (1980), Dimaggio e Powell (1983) sustentam a existência de dois tipos de isomorfismo, o competitivo e o institucional, explicando que os trabalhos relativos ao isomorfismo competitivo supõem uma racionalidade sistêmica que enfatiza a competição no mercado, a mudança de nichos e medidas de adequação. Porém, Dimaggio e Powell (1983) se concentram no isomorfismo institucional e contribuem por identificar sua tipologia, como sendo coercitivo, mimético e normativo.

O isomorfismo coercitivo resulta tanto de pressões formais quanto informais exercidas sobre as organizações das quais elas dependem, e pelas expectativas culturais da sociedade em que as organizações atuam. O mimético ocorre quando, em função da incerteza, as organizações tendem a copiar padrões e processos que foram utilizados em outras organizações. E o normativo deriva principalmente da profissionalização crescente dos trabalhadores, cujos futuros estão inextricavelmente ligados ao destino das organizações que os empregam, podendo afetar a adoção das suas práticas. (DIMAGGIO e POWELL, 1983; MOTA e VASCONCELOS, 2009).

No que se refere ao isomorfismo normativo, Villiers e Alexander (2014) observam que este caminha lado a lado com a profissionalização, formação específica e associação profissional para socializar indivíduos em crenças comuns sobre o que constitui normas aceitas. E exemplificam que programas de MBA ensinam normas semelhantes; conselhos de contabilidade incentivam normas semelhantes.

O Quadro 1 apresenta os preditores do isomorfismo para cada um dos seus mecanismos (tipos), tanto no nível organizacional, quanto no nível de campo.

Indicadores de Desempenho Ambiental e Social de Empresas do Setor de Energia Elétrica Brasileiro: uma Análise realizada a partir da Ótica da Teoria Institucional

Quadro 1 – Preditores de mudança isomórfica segundo Dimaggio e Powell (1983)

Isomorfismo	Nível organizacional	Nível de Campo
Coercitivo	Hipótese A-1: quanto maior o grau de dependência de uma organização em relação à outra, mais similar ela se tornará a essa organização em termos de estrutura, ambiente e foco comportamental.	Hipótese B-1: quanto mais um campo organizacional depende de uma única fonte (ou muitas fontes, mas similares) de fornecimento de recursos vitais, maior o nível de isomorfismo.
	Hipótese A-2: quanto mais centralizado o fornecimento de recursos para a organização A, maior é a possibilidade de a organização A se transformar isomorficamente para se assemelhar às organizações de cujos recursos dependem.	Hipótese B-2: quanto mais as organizações em um campo interagem com as agências governamentais, maior o grau de isomorfismo no campo como um todo.
Mimético	Hipótese A-3: Quanto mais incerto o relacionamento entre os meios e fins, maior a probabilidade de a organização moldar-se em outras organizações que consideram bem-sucedidas.	Hipótese B-3: quanto menor o número de alternativas visíveis de modelos organizacionais em um campo, maior a taxa de isomorfismo nesse campo.
	Hipótese A-4: quanto mais ambíguas as metas de uma organização, maior o grau em que esta se moldará a outras organizações que consideram bem-sucedidas.	Hipótese B-4: quanto mais incertas são as tecnologias ou ambíguas as metas de um campo, maior a taxa de mudança isomórfica.
Normativo	Hipótese A-5: quanto maior a confiança em credenciais acadêmicas para a escolha de pessoal gerencial e funcional, maior o grau em que a organização se tornará mais semelhante a outras em seu campo.	Hipótese B-5: quanto maior o grau de profissionalização de um campo, maior a quantidade de mudanças isomórficas institucionais.
	Hipótese A-6: quanto maior a participação de gestores organizacionais em associações de comércio e profissionais, maior a probabilidade de a organização ser, ou se tornar, semelhante a outras organizações em seu campo.	Hipótese B-6: quanto maior o grau de estruturação de um campo, maior o grau de isomorfismo.

Fonte: Baseado em Dimaggio e Powell (1983).

Em relação ao campo organizacional do setor de energia elétrica, observa-se que dentre as hipóteses de preditores no nível de campo propostas por Dimaggio e Powell (1983), duas podem contribuir para o debate sobre isomorfismo na divulgação ambiental e social desse setor, a saber: quanto mais as organizações em um campo interagem com as agências governamentais, maior o grau de isomorfismo no campo como um todo; e quanto maior o grau de profissionalização de um campo, maior a quantidade de mudanças isomórficas institucionais.

Sabe-se que o setor de energia elétrica é amplamente regulamentado e, por meio de agência governamental, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, também fiscalizado, o que pode contribuir com maior grau de isomorfismo esperado. No que se refere à divulgação de informações sociais e ambientais, a ANEEL, por meio da Resolução Normativa n.º 605, de 11 de março de 2014, aprova o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, no qual está incluído o Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Social.

A hipótese de maior grau de profissionalização em um campo organizacional fomentar o isomorfismo também pode ser discutida no setor de energia elétrica para explicar o comportamento no relato de informações socioambientais. Calixto (2013) comparou as informações socioambientais divulgadas por companhias estabelecidas na Argentina, Brasil,

Chile, México e Peru e constatou que as organizações estabelecidas no Brasil são as que mais destacam o tema nos seus relatórios. De acordo com a mesma autora, o apoio de ONGs que se especializaram em difundir o tema, como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, o IBASE e outros, exerceu papel fundamental na difusão e na profissionalização dessas ações entre as companhias brasileiras. Tal resultado pode corroborar para incentivar práticas isomórficas na divulgação de informações socioambientais do setor elétrico brasileiro.

4. ISOMORFISMO NA DIVULGAÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

Os tipos de isomorfismo tem sido alvo de várias pesquisas, tais como o estudo de Oulasvirta (2014) que analisou a relutância da Finlândia na adoção das Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, à luz da Teoria Institucional. De acordo com os resultados obtidos, o fator mais importante foi a longa e bem desenvolvida tradição de contabilidade do setor público na Finlândia que resistiu às pressões para mudar a instituição da contabilidade governamental nacional. As pressões domésticas e internacionais miméticas e normativas não foram fortes o suficiente para iniciar um processo de desinstitucionalização.

Callado, Callado e Wegner (2013) encontraram evidências de isomorfismo, no contexto da cadeia de suprimento entre 184 empresas agroindustriais brasileiras, acerca do padrão de uso de indicadores de desempenho da cadeia, em que apenas três dos 19 indicadores analisados, não indicaram a presença de isomorfismo.

Costa *et al.* (2014) identificaram que as empresas analisadas apresentam postura semelhante nos discursos ambientais, sugerindo evidências de posturas isomórficas na divulgação ambiental das empresas de alto impacto ambiental listadas na BM&FBovespa, considerando o período de 2011 a 2013.

O estudo desenvolvido por Sampaio *et al.* (2012), constatou aumento no volume de informações socioambientais no período de 2005 a 2009 para as empresas que exploram a atividade de mineração. Os autores apesar de terem encontrado evidências da presença de isomorfismo em relação aos indicadores sociais internos e externos nos relatórios anuais e de sustentabilidade. Eles não conseguiram verificar um processo isomórfico entre os indicadores ambientais e de atendimento às diretrizes do GRI nesses relatórios.

Parente *et al.* (2014) examinaram o nível de *disclosure* de sustentabilidade das empresas de energia elétrica no período de 2008 a 2011 com vistas a verificação da ocorrência de isomorfismo no *disclosure* de sustentabilidade dos relatórios da GRI. Os autores encontraram evidências de isomorfismo entre indicadores essenciais e os adicionais no ano de 2011; em indicadores da dimensão econômica em todo o período analisado; em indicadores sociais no ano de 2011; e em indicadores ambientais em 2008, 2010 e 2011. Concluíram pela aceitação da hipótese de que há tendência de processo isomórfico no *disclosure* da sustentabilidade da GRI em empresas do setor de energia elétrica.

Por fim, observa-se que pesquisas tem discutido o processo de evidenciação de informações socioambientais a partir de diferentes aspectos, sendo um deles aqueles dedicados à identificação dos fatores determinantes da divulgação do relatório de sustentabilidade. Slewinski, Gonçalves e Sanches (2015) constataram que as variáveis, “tamanho” e “níveis de governança corporativos” constituem discriminantes entre os *clusters*, por representarem as condições para compreensão da influência que *stakeholders* exercem sobre a empresa e como as empresas respondem a essas influências.

O propósito deste estudo procura encontrar nuances de práticas isomórficas na divulgação de indicadores ambientais e sociais das empresas de energia elétrica, como sendo um de seus fatores determinantes.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo proposto assume a classificação, dentre aquelas consideradas por Beuren (2004), como sendo descritiva, documental e bibliográfica, com abordagem predominantemente quantitativa. O caráter documental se materializa por meio da análise dos relatórios de sustentabilidade das empresas da amostra, obtidos na base de dados disponibilizada no *website* da GRI (www.database.globalreporting.org), opção *GRI Reporting List*.

Os relatórios coletados e consultados se referem ao período de 2010 a 2013, estruturados, segundo modelo estabelecido nas Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade (GRI-G3). Optou-se por não incluir o ano de 2014, uma vez que a partir desse ano, houve mudanças no modelo de relatório que passa a ser estruturado segundo as Diretrizes para Relato de Sustentabilidade (GRI-G4).

Para estudos relativos à Teoria Institucional, é necessária a escolha de um campo organizacional que, segundo Dimaggio e Powell (1983) podem ser entendidos como organizações que, em conjunto, constituem uma área reconhecida da vida institucional e exemplifica como fornecedora-chave, consumidores de recursos e produtos, agências regulatórias e outras organizações que produzam serviços e produtos similares. Neste último exemplo, se inclui a população escolhida para a pesquisa.

As empresas integrantes do presente estudo são as sociedades anônimas, cadastradas na BM&FBovespa no setor de utilidade pública, subsetor de energia elétrica, que publicaram relatórios de sustentabilidade no modelo GRI-G3 e que constam no referido banco de dados. No total, foram consideradas 21 empresas que publicaram 66 relatórios no período de 2010 a 2013, sendo 11 relatórios publicados em 2010, 16 em 2011, 19 em 2012 e 20 em 2013.

A escolha pelo subsetor de energia elétrica se deve ao fato de que este representa um dos grupos mais populosos cadastrados na BM&FBovespa e se insere em um contexto operacional que produz impactos ao meio ambiente, sendo classificado pela Lei n.º 10.165/2000 como sendo formado por empresas que desempenham atividades potencialmente poluidoras e que utilizam recursos ambientais no nível médio.

No modelo GRI-G3, tem-se 79 indicadores, referentes às dimensões econômica, social e ambiental. Neste estudo, optou-se por considerar os indicadores ambientais e os referentes às práticas trabalhistas e trabalho decente (incluídos nos indicadores sociais), o que resultou na análise de 45 indicadores, sendo 27 essenciais e 18 adicionais. O Quadro 2 detalha os aspectos de cada indicador analisado.

Quadro 2 – Identificação dos indicadores ambientais e sociais analisados

Indicador	Aspecto	Quantidade de Indicadores Essenciais	Quantidade de Indicadores Adicionais	Pontuação Máxima Possível
Ambiental	Materiais	2	0	4
	Energia	2	3	10
	Água	1	2	6
	Biodiversidade	2	3	10
	Emissão, Efluentes e Resíduos	7	3	20

Indicadores de Desempenho Ambiental e Social de Empresas do Setor de Energia Elétrica Brasileiro:
uma Análise realizada a partir da Ótica da Teoria Institucional

	Produtos e Serviços	2	0	4
	Conformidade	1	0	2
	Transporte	0	1	2
	Geral	0	1	2
	Subtotal	17	13	60
Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (social)	Emprego	3	1	8
	Relações Trabalhistas	2	0	4
	Saúde e Segurança no Trabalho	2	2	8
	Treinamento e Educação	1	2	6
	Diversidade e Igualdade de Oportunidade	1	0	2
	Igualdade de Remuneração para Mulheres e Homens.	1	0	2
	Subtotal	10	5	30
Total Geral		27	18	90

Fonte: Elaboração própria, baseada nas Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade GRI-G3 e Parente *et al.* (2014).

A última coluna do Quadro 2 resulta da aplicação de metodologia utilizada por Parente *et al.* (2014) para atribuição de uma pontuação à cada indicador evidenciado, na qual, atribui-se “0” para o indicador não evidenciado, o valor “1” para a evidenciação parcial e o valor “2” para evidenciação total. Cabe ressaltar que a classificação do indicador como evidenciação parcial ou total/completa foi autodeclarada pelas empresas participantes da amostra, em seus próprios relatórios de sustentabilidade, especificamente, no índice GRI. A ausência dessa indicação motivou considerar peso “1” para o indicador, o que pode se constituir limitação da pesquisa pela suscetibilidade da subjetividade dos resultados.

Assim, a pontuação de cada empresa foi estabelecida por meio da razão entre a pontuação obtida pela empresa e a pontuação máxima possível. Os resultados foram analisados por meio da estatística descritiva com o auxílio do software SPSS, versão 20.

6. RESULTADOS DA PESQUISA

Esta seção se destina a apresentar os resultados obtidos, segundo metodologia adotada para atingir ao objetivo proposto pelo presente estudo. A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas, segregadas por ano analisado, dos indicadores ambientais e sociais analisados.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas dos indicadores analisados

Anos	N.º Relatórios	Estatística Descritiva	Indicadores Ambientais	Indicadores Sociais
2010	11	Média	0,5091	0,5697
		Desvio Padrão	0,3051	0,2003
		Coeficiente de Variação	59,93%	35,16%
		Máximo	1,0000	0,9000
		Mínimo	0,1500	0,3333
2011	16	Média	0,4250	0,5417
		Desvio Padrão	0,2058	0,2549
		Coeficiente de Variação	48,42%	47,10%
		Máximo	0,7667	0,9333
		Mínimo	0,1333	0,1000
2012	19	Média	0,6105	0,7228

Indicadores de Desempenho Ambiental e Social de Empresas do Setor de Energia Elétrica Brasileiro:
uma Análise realizada a partir da Ótica da Teoria Institucional

		Desvio Padrão	0,2222	0,2401
		Coeficiente de Variação	36,36%	33,22%
		Máximo	1,0000	1,0000
		Mínimo	0,1667	0,1333
2013	20	Média	0,5125	0,5900
		Desvio Padrão	0,3067	0,2806
		Coeficiente de Variação	59,84%	47,56%
		Máximo	1,0000	1,0000
		Mínimo	0,0833	0,1000
Média do período			0,52	0,61

Fonte: dados da pesquisa, 2015.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 1, observa-se um aumento na adesão de publicação de relatórios de sustentabilidade no padrão GRI, visto que no ano de 2010, apenas 11 relatórios foram publicados na base de dados do *Global Reporting Initiative* e, no ano de 2013, 20 empresas o fizeram, representando um acréscimo de 82% no período considerado. Apesar desse aumento, o nível de evidenciação mediano para os indicadores ambientais foi de 52%, enquanto que para os indicadores sociais de práticas trabalhistas e trabalho decente de 61%. Parente *et al.* (2014) encontraram um nível mais alto para os indicadores ambientais de 69%.

No que se refere aos indicadores ambientais, com exceção do ano de 2011, o máximo evidenciado para os demais anos analisados foi de 100%, significando que em 2010, 02 empresas divulgaram todos os indicadores essenciais e adicionais incluídos no estudo. Em 2012, apenas 1 empresa fez, e em 2013, 3 empresas. Os menores percentuais de evidenciação foram obtidos por 1 empresa em cada ano, com 15% para o ano de 2010, 13% em 2011, 17% em 2012 e 8% em 2013 (Tabela 1).

Para os indicadores sociais de práticas trabalhistas e trabalho decente, conforme dados dispostos na Tabela 1, os menores percentuais de evidenciação ficaram por conta de uma empresa para cada ano que atingiram 33%, 10%, 13% e 10%, para 2010, 2011, 2012 e 2013, respectivamente. Apenas quatro empresas, duas em 2012 e duas em 2013 alcançaram 100% de evidenciação nesses indicadores.

Verificou-se, a partir dos resultados dispostos na Tabela 1, que os indicadores ambientais e sociais analisados apresentaram coeficientes de variação acima de 30%, indicando elevada dispersão, segundo critério adotado por Martins (2002). Os indicadores ambientais têm maior coeficiente de variação do que os sociais, assim como foi observado em Parente *et al.* (2014). No entanto, os resultados obtidos por Parente *et al.* (2014) divergem deste no que se refere à variabilidade constante no período de análise.

Dentre os indicadores analisados, observaram-se aqueles mais relatados nos relatórios de sustentabilidade pesquisados, classificados como evidenciação plena. Os resultados são apresentados nas Tabelas 2 e 3.

Indicadores de Desempenho Ambiental e Social de Empresas do Setor de Energia Elétrica Brasileiro:
uma Análise realizada a partir da Ótica da Teoria Institucional

Tabela 2 – Quantitativo de relatórios que evidenciaram plenamente os indicadores ambientais, segregados em essenciais e adicionais.

Painel A – Indicadores Ambientais Essenciais					
Indicador	Relatórios		Indicador	Relatórios	
	Quantidade	%		Quantidade	%
EN1	15	23	EN19	23	35
EN2	17	26	EN20	22	33
EN3	30	45	EN21	27	41
EN4	30	45	EN22	31	47
EN8	32	48	EN23	24	44
EN11	25	38	EN26	30	45
EN12	27	41	EN27	18	27
EN16	28	42	EN28	33	50
EN17	24	36			

Painel B - Indicadores Ambientais Adicionais					
Indicador	Relatórios		Indicador	Relatórios	
	Quantidade	%		Quantidade	%
EN5	15	23	EN15	23	35
EN6	21	32	EN18	24	36
EN7	13	20	EN24	25	38
EN9	27	41	EN25	20	30
EN10	17	26	EN29	18	27
EN13	30	45	EN30	37	56
EN14	28	42			

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 2, observa-se que nenhum indicador ambiental, seja ele essencial ou adicional, teve sua evidenciação em 100% dos relatórios. Para aqueles essenciais, a metade dos relatórios analisados (50%), como percentual máximo, evidenciou plenamente o indicador EN28, que se refere a informações sobre multas e sanções por não conformidade com leis e regulamentos ambientais; e o indicador EN1, relativo a informações sobre materiais usados por peso ou volume, foi evidenciado plenamente por apenas 23% dos relatórios analisados, sendo este o menor percentual para os indicadores ambientais essenciais. Esses resultados podem sugerir dificuldades no relato do indicador EN1 decorrentes do contexto operacional da amostra, bem como a adesão ao relato sobre sanções ambientais podem decorrer da não existência delas, uma vez que o setor é considerado de médio impacto ambiental.

Quanto aos indicadores ambientais adicionais, 56% dos relatórios da amostra investigada consideram que evidenciaram plenamente o EN30, referente aos investimentos e gastos em proteção ambiental que visam prevenir, reduzir, controlar e documentar aspectos, impactos e perigos ambientais, tais como despesas com certificação externa de sistemas de gestão ambiental, pesquisa e desenvolvimento, despesas extras em compras verdes, dentre outras. Como menor percentual, em 20% dos relatórios consideram ter evidenciado plenamente o EN7, que trata das iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas. Apesar de algumas empresas considerarem tal indicador como não aplicável, o que pode justificar o baixo percentual de relatos que o evidenciam, outras, a exemplo da Cemig S.A. relataram investir em programas de eficiência energética que orienta um dos integrantes da sua cadeia produtiva *downstream*, no caso seus clientes, como

Indicadores de Desempenho Ambiental e Social de Empresas do Setor de Energia Elétrica Brasileiro: uma Análise realizada a partir da Ótica da Teoria Institucional

hospitais, conjuntos habitacionais de baixa renda e outros, a reduzirem o uso de materiais com consumo alto de energia (chuveiros elétricos, por exemplo).

A Tabela 3 apresenta o quantitativo de relatórios analisados que evidenciaram plenamente os indicadores sociais de práticas trabalhistas e trabalho decente.

Tabela 3 – Quantitativo de relatórios que evidenciaram plenamente os indicadores sociais de práticas trabalhistas e trabalho decente, segregados em essenciais e adicionais.

Painel A - Indicadores Sociais Essenciais					
Indicador	Relatórios		Indicador	Relatórios	
	Quantidade	%		Quantidade	%
LA1	25	38	LA7	19	29
LA2	17	26	LA8	38	58
LA15	09	14	LA10	34	52
LA4	35	53	LA13	31	47
LA5	28	42	LA14	32	48

Painel B - Indicadores Sociais Adicionais					
Indicador	Relatórios		Indicador	Relatórios	
	Quantidade	%		Quantidade	%
LA3	39	59	LA11	27	41
LA6	35	53	LA12	38	58
LA9	35	53			

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Os indicadores sociais de práticas trabalhistas e trabalho decente apresentaram maior adesão nos relatórios analisados, quando comparados aos ambientais, 45% em média evidenciaram os indicadores sociais contra 37% relacionados aos ambientais. No que se referem aqueles considerados essenciais, o Painel A da Tabela 3 apresenta que 58% dos relatórios analisados, como maior percentual, considerou o indicador LA8 como evidenciado plenamente e apenas 14% dos relatórios o fizeram para o LA15. O primeiro indicador, o LA8, refere-se a programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves. Já o LA15, refere-se ao retorno ao trabalho e taxas de retenção após licença maternidade/paternidade, discriminados por gênero.

O baixo percentual de relatórios que evidenciaram plenamente esta informação (o mais baixo de todos os indicadores ambientais e sociais analisados) pode sugerir que, apesar da existência de legislação, em âmbito nacional, que disciplina o assunto, a sua aplicação, conforme a versão 3.1 das Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade varia conforme a interpretação dos empregadores e empregados, além do governo, podendo desestimular mulheres e homens a usufruir desse direito, por meio de práticas do empregador que afetam sua segurança no emprego, sua remuneração e sua carreira. Consequentemente, a não evidenciação plena desse indicador pode sinalizar desfavoravelmente a empresa relatora.

Para os indicadores sociais de práticas trabalhistas e trabalho decente, dos tipos adicionais, o Painel B da Tabela 3 apresenta que 59% dos relatórios consideraram que evidenciaram plenamente o indicador LA3, referente aos benefícios oferecidos a empregados de tempo integral, diferenciado daqueles ofertados a empregados temporários ou em regime de meio período. A adesão para esse indicador pode refletir as práticas usuais das empresas investigadas em iniciativas de ofertas de benefícios, tais como plano de saúde, seguro de vida, fundo de aposentadoria, com o intuito de reter talentos. Dentre os indicadores adicionais, o Painel B ainda apresenta que 41% dos relatórios analisados consideraram evidenciar

plenamente o LA11 (menor percentual para os adicionais) que relata os programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira, podendo sugerir ainda tímidas iniciativas nas empresas da amostra, a exemplo de programas de apoio à transição para empregados que estão se aposentando. A considerar como aspecto ilustrativo, cita-se o relatado pela Cemig S.A. em seu relatório de 2013 que declarou a promoção do Programa de Preparação para Aposentadoria.

Ainda em relação a programas que fomentam a aprendizagem contínua dos colaboradores, ressalta-se a decorrente profissionalização que, por sua vez, também contribui para o processo isomórfico entre as instituições, mas especificamente o isomorfismo normativo. Conforme exemplifica Frezatti *et al.* (2009), a adoção de métricas de indicadores ambientais sugeridas por determinada instituição não governamental da área de meio ambiente pode afetar a adoção de práticas corporativas.

Por exemplo, cita-se o informado pela Empresa Renova Energia, que no relatório de sustentabilidade do ano de 2011, declarou ser esse o primeiro ano de adoção da modelagem da GRI e descreve o processo de elaboração do mesmo por meio de um grupo de trabalho criado especificamente para esse fim, que com encontros e debates internos e com *stakeholders* obtiveram a coleta das informações necessárias para subsidiar o referido relatório, revelando um processo de aprendizagem que culminou na ascensão da empresa do nível C de aplicação das normas e do modelo da *Global Reporting Initiative* (GRI), em 2011, para o nível B, no ano seguinte.

Considerando o isomorfismo normativo associado à profissionalização, Villiers e Alexander (2014) constataram que a liderança das empresas australianas e sul-africanas é dominada por indivíduos com níveis educacionais comuns e associações profissionais. E consideram que estes indivíduos são susceptíveis de compartilhar normas semelhantes a respeito de uma gama de temas de gestão, incluindo um compartilhado entendimento a respeito do tratamento ou normas em torno de questões de relatórios de responsabilidade social corporativa, incluindo padrões apropriados para tanto.

Por fim, os resultados dispostos na Tabela 4 apresentam as médias, por ano, do indicador de evidenciação (calculado conforme metodologia), segregado em essenciais e adicionais.

Tabela 4 – Médias do indicador de evidenciação, por ano, segregado em essenciais e adicionais

Período	Indicadores GRI	Número	Média
2010	Essenciais	27	0,5118
	Adicionais	18	0,5556
2011	Essenciais	27	0,4699
	Adicionais	18	0,4549
2012	Essenciais	27	0,6608
	Adicionais	18	0,6286
2013	Essenciais	27	0,5472
	Adicionais	18	0,5250

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 4, observam-se as médias de evidenciação dos indicadores essenciais superiores às dos adicionais, entre os anos de 2011 e

2013, corroborando com o entendimento de que os indicadores essenciais são aplicados à maioria das organizações, enquanto que os adicionais não são. A exceção a esta constatação foi o ano de 2010, quando houve superioridade da média de evidenciação de indicadores adicionais (55%) em relação aos essenciais (51%). Parente *et al.* (2014) também encontraram médias de *disclosure* de indicadores essenciais superiores às médias de evidenciação dos indicadores adicionais e consideram que seus resultados apresentam o alto potencial de aderência dos indicadores mais destacados nos relatórios da GRI.

7 CONCLUSÕES

O presente estudo objetivou identificar características isomórficas na divulgação de indicadores de desempenho sociais e ambientais do campo organizacional estudado. Com base na revisão de literatura e nos dados analisados é possível considerar características isomórficas na divulgação de indicadores ambientais e sociais, uma vez que se observa aumento de 82% da adesão voluntária ao padrão de relatório de sustentabilidade da GRI para amostra estudada, entre os anos de 2010 e 2013.

Entretanto, apesar desse aumento, o nível de evidenciação mediano para os indicadores ambientais foi de 52%, enquanto que para os indicadores sociais de práticas trabalhistas e trabalho decente de 61%, considerado baixo e com elevada dispersão entre as empresas. Observou-se uma tendência a evidenciação preponderante de indicadores essenciais em detrimento dos adicionais, podendo ser justificada pelo entendimento de que os indicadores essenciais são aplicados à maioria das organizações, enquanto que os adicionais não.

Tais resultados podem sugerir necessidade de melhoria na qualidade informativa, isto é, maior conformidade ou aderência aos indicadores da GRI, como também indícios de processo de aprendizagem na obtenção de experiência do relato de sustentabilidade nos moldes da *Global Reporting Initiative*, incentivado pelo desejo de ascensão aos níveis de aplicação do modelo, podendo ser interpretado como indicativos do processo isomórfico normativo.

Para futuras pesquisas, sugerem-se estudos comparativos do nível de evidenciação de indicadores socioambientais de empresas de energia elétricas nacionais e de outros países. Estudos comparativos de evidenciação de indicadores ambientais entre empresas de diversos setores, com diferentes níveis de impacto ambiental, para confirmação ou não do entendimento de que empresas ambientalmente sensível divulgam um nível maior de informações ambientais em comparação com as empresas dos setores de baixo impacto ambiental.

REFERÊNCIAS

ALONSO-ALMEIDA, María Del Mar; LLACH, Josep; MARIMON, Frederic. A Closer Look at the “Global Reporting Initiative” Sustainability Reporting as a Tool to Implement Environmental and Social Policies: A Worldwide Sector Analysis. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**. v. 21, p. 318–335, 2014.

ANTHONY, Robert N.; GOVINDARAJAN, Vijay. **Sistemas de Controle Gerencial**. 12 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

BEUREN, Ilse Maria (org.) **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BOLINO, Mark C.; TURNLEY, William H. Old faces, new places: equity theory in cross-cultural contexts. **Journal of Organizational Behavior**, v.29, n.1, p. 29-50, 2008.

BRASIL. **Lei n.º 10.165. 27 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília. 2000.

BURGWAL, Dion Van de.; VIEIRA, Rui José Oliveira. Determinantes da Divulgação Ambiental em Companhias Abertas Holandesas. **Revista de Contabilidade e Finanças – USP**, São Paulo, v. 25, n. 64, p. 60-78, 2014.

CALLADO, A. A. C.; CALLADO, Aldo Leonardo Cunha; WEGNER, D. Isomorfismo acerca do uso de indicadores de desempenho de cadeia de suprimento entre empresas agroindustriais individuais brasileiras. In: **XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria**, 2013, Lisboa. Anais do Congresso. Lisboa: OTOC, 2013.

CALIXTO, Laura. A divulgação de Relatórios de Sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo. **Revista de Administração**, São Paulo. v. 48, n. 4, p. 828-842, out/dez, 2013.

CAMPOS, Lucila Maria de Souza; MELO, Daiane Aparecida de. Indicadores de desempenho dos Sistemas de Gestão Ambiental (SGA): uma pesquisa teórica. **Produção**. v. 18, n. 3, p. 540-555, set./dez. 2008.

CORRÊA, Rosany; DE SOUZA, Maria Tereza Saraiva; RIBEIRO, Henrique César Melo; RUIZ, Mauro Silva. Evolução dos Níveis de Aplicação de Relatórios de Sustentabilidade (GRI) de Empresas do ISE/Bovespa. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro. v. 7, n. 2, p. 24-40, jul/dez 2012.

COSTA, Benedito Manoel do Nascimento; LEAL, Paulo Henrique; DE LUCA Márcia Martins; VASCONCELOS, Alessandra Carvalho de. Discurso das Práticas Ambientais e Isomorfismo nas Empresas de Alto Impacto Ambiental Listadas na BM&Fbovespa. In: **ENGEMA – ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE**, 16., 2014, São Paulo/SP. **Anais...**São Paulo: ENGEMA, 2014. CD-ROM.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**, v.48, n. 02, p. 147-160, 1983

EPSTEIN, M. J.; ROY, M- J. Sustainability in Action: identifying and measuring the key drivers of success. **Long Range Planning**, v. 34, p. 585–604, 2001.

FÉLIX JÚNIOR, Luiz Antônio; MIRANDA, Luiz Carlos; OLIVEIRA, Marcos Roberto Góis de. Divulgação de Informações sobre Recursos Humanos e os Fatores que Influenciam sua

Evidenciação Voluntária. In: CONGRESSO ANPCONT, 9., 2015, Curitiba/PR. **Anais...**São Paulo: ANPCONT, 2015. CD-ROM.

FENNELL, M. L. The effects of environmental characteristics on the structure of hospital clusters. **Administrative Science Quarterly**. v. 25, n. 3, p. 484-510, 1980.

FREZATTI, Fábio; ROCHA, Wellington; NASCIMENTO, Artur Roberto; JUNQUEIRA, Emanuel. **Controle Gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico**. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, Rodrigo de Souza; MEDEIROS, Otávio Ribeiro de; NIYAMA, Jorge Katsumi; WEFFORT, Elionor Farah Jreige. Social Disclosure e Custo de Capital Próprio em Companhias Abertas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Finanças – USP**, São Paulo, v. 24, n. 62, p. 113-124, maio/jun./jul./ago, 2013.

LANGEVIN, Pascal; MENDOZA, Carla. How can management control system fairness reduce managers_ unethical behaviours?. **European Management Journal**, v.31, n.3, p. 209-222, 2013.

LIMA, L. H. Contabilidade ambiental – avanços internacionais e atraso no Brasil. In: **I Congresso Acadêmico sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro**, 2004, Rio de Janeiro. Anais do Congresso. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

LOURENÇO, Isabel C.; CASTELO BRANCO, Manuel. Determinants of corporate sustainability performance in emerging markets: the Brazilian case. **Journal of Cleaner Production**, v. 57, n. 15, p.134-141, 2013.

MEYER, J.W. The impact of the centralization of educational funding and control on state and local organizational governance. **Stanford, CA: Institute for Research on Educational Finance and Governance**. Stanford University: Program Report. n. 79, 79-B20, 1979.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. **Teoria Geral da Administração**. 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

OTHMAN, Suaini; DARUS, Faizah; ARSHAD, Roshayani. The influence of coercive isomorphism on corporate social responsibility reporting and reputation. **Social Responsibility Journal**, v. 7, n.1, p. 118-135, 2011.

OULASVIRTA, Lasse. The reluctance of a developed country to choose International Public Sector Accounting Standards of the IFAC. A critical case study. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 25, n.3, p. 272-285, 2014.

PARENTE, Paulo Henrique Nobre; MOTA, Ariane Firmeza; CABRAL, Augusto Cezar de Aquino; SANTOS, Sandra Maria dos.; BRANDÃO, Isac de Freitas. Teoria Institucional e Disclosure de Sustentabilidade: uma investigação no setor de energia elétrica. **RACE – Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba. v. 13, n. 3, p. 889-918, set/dez 2014.

ROSSONI, Luciano; MACHADO-DA-SILVA, Clóvis Luis. Institucionalismo Organizacional e Práticas de Governança Corporativa. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, Curitiba, v. 14, n. Especial, p. 173-198, 2010.

SAMPAIO, Márcio Santos; GOMES, Sandra Maria da Silva; BRUNI, Adriano Leal; DIAS FILHO, José Maria. Evidenciação de Informações Socioambientais e Isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 8, n. 1, p. 105-122, jan/mar 2012.

SCAPENS, Robert W. Understanding management accounting practices: a personal journey. **The British Accounting Review**. v. 38, p. 1-30, 2006.

SLEWINSKI, Evelise; GONÇALVES, Marguit Neumann; SANCHES, Simone Leticia Raimundini. Determinantes da Divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou do Relato Integrado das Empresas Listadas na BM&FBovespa. In: CONGRESSO ANPCONT, 9., 2015, Curitiba/PR. **Anais...**São Paulo: ANPCONT, 2015. CD-ROM.

VILLIERS, Charl de.; ALEXANDER, Deborah. The institutionalisation of corporate social responsibility reporting. **The British Accounting Review**, v. 46, n. 2, p. 198-212, 2014.